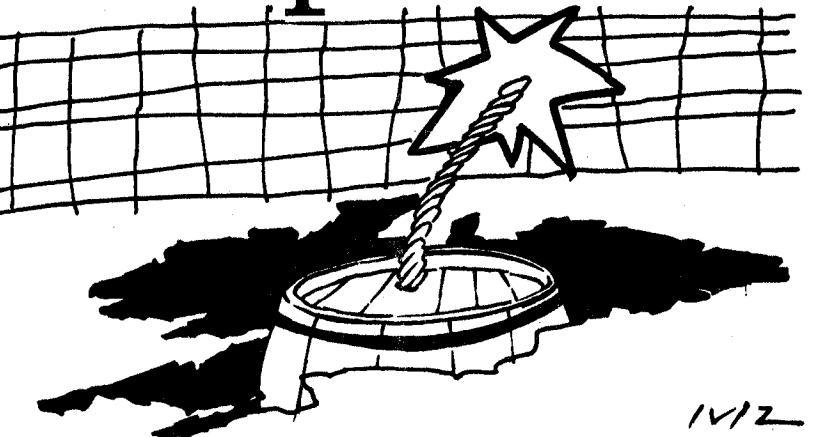


Dívida pública superará o PIB em 1990

BRASÍLIA — O saldo da dívida pública (total dos títulos públicos emitidos para cobrir déficit do Governo) vai atingir CZ\$ 51 trilhões em dezembro deste ano, registrando um crescimento real de 45%, segundo as últimas estimativas da área econômica. Isto significa que o endividamento do Governo terá atingido, em dezembro, quase a metade do valor do Produto Interno Bruto (PIB). E se for mantido o ritmo de crescimento da dívida, em dezembro de 1990 ela terá superado o valor do PIB.

Em dezembro de 1987, o saldo da dívida, incluindo os títulos em poder do Banco Central, somava CZ\$ 3,9 trilhões. Esse ano, com uma inflação de 800% já admitida pelo Ministério da Fazenda e BC, esse saldo seria corrigido monetariamente para CZ\$ 35,1 trilhões. Isto sem considerar que em alguns meses o resgate dos títulos em circulação tem custo real elevado, em função das ocasiões em que o Governo executou uma política monetária austera (como agora) e elevou a remuneração dos papéis públicos.

Apesar do elevado crescimento real da dívida pública, recorde absoluto da história econômica do Brasil, o resultado tem explicação, segundo



1/12

o Secretário do Tesouro Nacional, Luiz Antônio Gonçalves. Neste ano, o déficit vem sendo financiado apenas com a emissão de títulos, enquanto até 1987 o financiamento era feito também com emissão de papel-moeda, pelo BC. Por isto, os dados estatísticos acusam queda real dos gastos do Governo de 32,4%, de janeiro a agosto de 1988 comparado com igual período de 1987; contra o crescimento real da dívida, no mesmo período, de 26,5%.

Neste ano, por exemplo, a União arcará com despesas da ordem de

CZ\$ 13 trilhões, que eram sustentadas pelo BC em 1987 (fundos e programas especiais), por conta da uniformização do orçamento.

A redução dos gastos governamentais poderia significar a garantia de que a dívida pública, nos anos futuros, ficaria contida. No entanto, isto não é necessariamente verdade, pois o aumento da remuneração dos títulos públicos (acima da correção monetária), que vem sendo praticada pelo BC, como forma de controlar a liquidez, já traz e ainda trará consequências onerosas para a dívida.